

190 1640

3

721

Ronaldo Assis



Índios encerram assembléia exigindo revogação de decreto

RESOLUÇÃO

Povos indígenas querem revogação de decreto

A revogação do Decreto 1775/96, imediata demarcação das terras indígenas e a consequente demissão do ministro da Justiça, Nelson Jobim, são as principais resoluções contidas na 'Declaração dos Povos e Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira', aprovada ontem no último dia da V Assembléia Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).

Os representantes de 38 povos, e de 31 organizações indígenas encerram ontem a assembléia indígena consciente dos problemas originados com a assinatura do Decreto 1.775 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo a Coiab, existe hoje 1.066 contestações na Justiça questionando 70 áreas indígenas na Amazônia Brasileira. "Queremos a revogação do decreto", defende Gersen Baniwa, eleito novo coordenador geral da Coiab para o triênio 96/99.

Os representantes indígenas definiram até o dia 10 de junho o calendário de atividades para pressionar os órgãos federais, estaduais e municipais e garantir as demarcações garantidas pela Constituição Federal.

Gersen Baniwa adverte que a implantação do decreto 1775 é um retrocesso nas conquistas obtidas na luta pela demarcação das áreas. "Ele (decreto) afronta a Cons-

tituição por negar o direito originário dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam". Muitas áreas dos índios, alega Gersen Baniwa, são consideradas pelos madeireiros, fazendeiros, garimpeiros e oligarquias, como terra de ninguém, em consequência da política e omissão do governo federal.

Ontem, a discussão a cerca da demissão do ministro da Justiça, encontrou unanimidade na votação. Os representantes indígenas têm claro, que Nelson Jobim, mentor do decreto, é um de seus principais inimigos. "por sua postura contrária às normas constitucionais e aos interesses indígenas", cita a Declaração dos Povos.

Candidaturas - Outra importante decisão tomada pela assembléia foi a indicação de nomes de índios para participar das eleições parlamentares. Descrentes da ação de políticos junto às câmaras legislativas, os indígenas querem hoje eleger parlamentares vindos das diversas etnias existentes na região. A experiência mostrou aos representantes de entidades que não basta o comprometimento verbal de candidatos com a causa indígena. Segundo Gersen Baniwa é preciso garantir que as ações no parlamento tenha uma ligação direta com o que pensam os índios nas comunidades e através de suas organizações.

Mário Silva